



# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>1. JURISDIÇÃO</b> .....	7
1.1. O Estado moderno: exercício do poder soberano sobre território e população determinados.....	7
1.2. O Estado contemporâneo.....	12
1.3. Conceito e características da jurisdição.....	15
1.4. Os princípios regentes da jurisdição internacional e da cooperação jurídica internacional.....	22
<b>2. NORMAS PROCESSUAIS PARA A TUTELA DE SITUAÇÕES COM ELEMENTO DE ESTRANEIDADE</b> .....	31
2.1. Normas delimitadoras da jurisdição internacional.....	31
2.2. A abordagem do legislador nacional.....	35
2.2.1. As previsões anteriores ao Código de Processo Civil de 1973.....	35
2.2.1.1. Os Códigos de Processo Civil de 1973 e 2015.....	37
2.2.1.1.1. Jurisdição concorrente e suas implicações para o direito digital.....	40
2.2.1.1.2. Jurisdição exclusiva.....	44
2.2.1.2. Regulação da cooperação jurídica internacional: arts. 26 a 41 do Código de Processo Civil.....	49
2.3. Tratados internacionais.....	55
<b>3. AMBIENTE DIGITAL</b> .....	61
3.1. Advento da internet como novo <i>locus</i> social global.....	61
3.2. Espécies de provedores, comunicação em rede e seus elementos distintivos.....	70
3.3. Os mecanismos técnicos de controle de conteúdo digital: bloqueio e remoção conforme as camadas da internet (conteúdo, lógica e infraestrutura).....	73
3.3.1. Atuação na camada do conteúdo.....	76
3.3.2. Atuação na camada lógica.....	79
3.3.3. Atuação na camada infraestrutural.....	80

<b>4. REGULAÇÃO DA INTERNET</b> .....	85
4.1. Autorregulação.....	86
4.1.1. Os Termos e Condições de Uso das plataformas e o alcance territorial da moderação de conteúdo privada .....	89
4.1.2. O Comitê de Supervisão do <i>Facebook</i> .....	96
4.2. Regulação estatal.....	101
4.2.1. Analogia com a regulação de atos/fatos não digitais.....	102
4.2.2. Elaboração normativa própria .....	104
4.3. Autorregulação regulada e atuação no código.....	107
4.4. Governança multissetorial.....	113
<b>5. A EXTRATERRITORIALIDADE DA LEGISLAÇÃO MATERIAL NACIONAL E REGIONAL</b> .....	119
5.1. Conceito-quadro e elementos de conexão material .....	120
5.2. Normas de extensão.....	122
5.3. A experiência das iniciativas de combate ao crime plurilocalizado .....	124
5.4. No âmbito da internet.....	129
5.4.1. Marco Civil da Internet.....	129
5.4.2. Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (GDPR).....	133
5.4.3. Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).....	136
<b>6. TEORIAS DE DEFINIÇÃO DA JURISDIÇÃO E DO DIREITO MATERIAL APLICÁVEIS EM SITUAÇÕES PLURILocalizadas Digitais</b> .....	141
6.1. Introdução .....	141
6.2. Teoria do local dos efeitos .....	145
6.3. Teoria do nível de interatividade.....	150
6.4. Teoria do centro de interesse .....	152
6.5. Teoria do país de origem.....	156
6.6. Teoria do direcionamento .....	157
<b>7. POSSIBILIDADES PARA A JURISDIÇÃO DIGITAL BRASILEIRA</b> .....	165
7.1. Inexistência de solução única e abrangente.....	165
7.2. Local dos efeitos como critério para escolha do direito aplicável e exercício de jurisdição prescritiva e adjudicatória.....	166
7.2.1. Responsabilidade extracontratual e relações de consumo.....	166
7.2.2. Jurisdição internacional brasileira concorrente para contratos digitais e foro de eleição .....	176

7.3. As dificuldades para o exercício da jurisdição estatal executiva digital ( <i>enforcement jurisdiction</i> ) .....	177
7.3.1. Tutela específica e resultado prático equivalente: noções gerais .....	177
7.3.2. Especificidades do ambiente digital: os dados e o conteúdo armazenados por provedores de aplicação e provedores de conexão .....	182
7.3.3. Legitimidade passiva dos intermediários .....	186
7.3.3.1. Medidas judiciais e terceiros .....	188
7.3.3.2. Definição do polo passivo e possibilidades processuais .....	189
7.3.4. Atuação voltada para provedores de aplicação .....	193
7.3.4.1. Sistema de responsabilização .....	193
7.3.4.2. Desindexação.....	197
7.3.4.3. Possibilidade de atuação sobre subsidiárias locais de provedores globais? .....	202
7.3.4.3.1. Os dados devem ser armazenados localmente? .....	207
7.3.4.3.2. Dados armazenados em servidores estrangeiros ou em nuvem.....	209
7.3.4.3.3. Impossibilidade de prolação de decisões judiciais com efeitos extraterritoriais diretos .....	216
7.4. O sistema de reconhecimento e homologação de sentenças estrangeiras e suas vicissitudes.....	219
7.4.1. A jurisdição internacional indireta brasileira .....	222
7.4.2. As dificuldades na cooperação jurídica internacional.....	227
7.4.3. A ordem pública.....	231
7.4.4. O sistema norte-americano de nacionalização de decisões estrangeiras.....	234
7.4.4.1. Os casos <i>Yahoo</i> e <i>Equustek</i> .....	243
7.5. Atuação voltada para provedores de conexão .....	248
7.6. Contenção de efeitos globais das decisões judiciais: adoção de filtros de localização geográfica.....	250
<b>CONCLUSÃO</b> .....	267
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	275